

CORREIO NACIONAL



Juca Varela/Agência Brasil

Nota pode ser usada em seleções estaduais e municipais

Adesão ao Enem dos Professores termina domingo

As redes estaduais e municipais de educação que quiserem aderir voluntariamente à Prova Nacional Docente (PND) têm até domingo (15) para sinalizar a opção diretamente no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). A iniciativa do Ministério da Educação (MEC) pretende estimular a realização de concursos públicos e aumentar o número de professores qualificados nas redes públicas de ensino de estados e municípios. Os gestores de educação

de cada localidade poderão usar o resultado obtido pelos participantes no Enem dos Professores como etapa única ou complementar em seus próprios concursos públicos ou processos seletivos simplificados de contratação de professores. O processo de adesão é feito online pela Secretaria de Educação municipal, estadual ou do Distrito Federal, com login no portal de serviços digitais do governo federal, o Gov.br, diretamente no Sistema Simec.

Taxa de inscrição

As pessoas inscritas que não receberam isenção no Enem de 2025 devem fazer o pagamento da taxa de inscrição até 18 de junho, para garantir participação nas provas. Os inscritos que não foram isentos do pagamento ganharam uma semana a mais para quitar a taxa, depois que o Ministério da

Educação prorrogou, no sábado (7), o período de inscrições do exame até esta sexta. Logo após a confirmação da inscrição, o candidato pode pagar o valor de R\$ 85. Todos os interessados em fazer o exame devem se inscrever, por meio da página oficial, para garantir a participação.

Segunda fase do Revalida 2025

As inscrições para a segunda etapa do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) de 2025 começam nesta segunda-feira (9) e terminam na sexta (13). Para participar, é necessária a aprovação na pri-

meira etapa do exame, realizada em março, que compreendeu as provas objetivas e discursiva. Também podem participar do exame os candidatos que foram aprovados nas primeiras fases das duas edições do Revalida do ano passado, mas que foram reprovados na segunda etapa.

Anvisa aprova uso do Mounjaro

A Anvisa aprovou a utilização do medicamento Mounjaro para auxiliar na perda de peso. Fabricado pela farmacêutica americana Lilly, o remédio injetável tem como princípio ativo a tirzepatida e é mais uma das chamadas canetas emagrecedoras, assim como o Ozempic e o Wegovy e o Saxenda.

O fármaco já estava autorizado para uso no Brasil desde 2023, mas era indicado em bula apenas para o tratamento do diabetes tipo 2. Agora, também poderá ser prescrito para o emagrecimento de pessoas sem a doença, desde que elas tenham índice de massa corpórea acima de 30 kg/m²

Prevenção e combate ao fogo

O Instituto Invento desenvolveu, junto a pesquisadores, agricultores e brigadistas voluntários e do ICMBio, cinco soluções inteligentes e acessíveis para o combate ao fogo. As tecnologias de baixo custo surgem como resposta ao desafio das queimadas, que bateram

recordes no ano passado. Em 2024, o Cerrado teve 9,7 milhões de hectares queimados, sendo 85% em áreas de vegetação nativa. A partir de um convite feito pelo instituto, 25 pessoas se reuniram em maio para pensar alternativas de baixo custo.

Segurança em aeroportos regionais

O Governo Federal vai investir cerca de R\$ 13,6 milhões na aquisição de Indicadores de Precisão da Trajetória de Aproximação para 13 aeroportos regionais, a maioria a serem entregues em 2025. Outros quatro terminais devem ser autorizados ainda este ano. Os investimen-

tos no equipamento de segurança integram uma estratégia mais ampla do Ministério de Portos e Aeroportos para modernizar a aviação regional e interligar cidades do interior a grandes e médios municípios. O custo médio de cada equipamento é de R\$ 1,2 milhão.

MEC libera acúmulo de benefícios para estudantes

Bolsa Permanência pode ser somada ao Pé-de-Meia Licenciaturas

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Os beneficiários da Bolsa Permanência, do Programa Universidade para Todos (PBP Prouni), poderão acumular o benefício com outros incentivos financeiro-educacionais de programas do governo federal voltados ao ingresso, permanência e conclusão de cursos de licenciatura, como o Pé-de-Meia Licenciaturas.

A medida foi autorizada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da portaria nº 412/2025, publicada na última semana. A nova norma também prevê a possibilidade de acúmulo da bolsa permanência do Prouni com outros auxílios ou bolsas acadêmicas oferecidas pelas próprias instituições de ensino superior.

O Programa Bolsa Permanência (PBP) é voltado a estudantes de graduação matriculados nas instituições federais de ensino superior, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente, as pessoas indígenas e quilombolas. O auxílio financeiro tem como meta contribuir para a permanência e a diplomação na graduação dos beneficiários, como forma de reduzir as desigualdades sociais e étnico-raciais no país.



A medida foi autorizada pelo Ministério da Educação por meio da portaria nº 412/2025

O Programa Bolsa Permanência Prouni (PBP Prouni) oferece auxílio financeiro de R\$ 700 aos bolsistas integrais do Prouni que têm renda de até um salário mínimo e meio por pessoa da família, ou seja, R\$ 2.277, em 2025, per capita [por pessoa]. O valor pago pelo PBP Prouni é para custeio das despesas educacionais, como material didático, alimentação e transporte.

O Pé-de-Meia Licenciaturas destina-se a estudantes de

cursos de licenciatura presenciais que conquistaram nota média igual ou superior a 650 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O valor do incentivo financeiro mensal é de R\$ 1.050, depositado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Do valor total, R\$ 700 podem ser sacados imediatamente e o restante (R\$ 350) é depositado na modalidade poupança. O valor

acumulado durante o curso de licenciatura poderá ser sacado somente após o formando ingressar em uma rede pública de ensino, em até cinco anos após a conclusão do curso.

Já o Programa Universidade Para Todos (Prouni) oferta bolsas de estudo - integrais e parciais de 50% - em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de educação superior privadas.

Os centros de vacinas especiais

Paulo Pinto/Agência Brasil

Além dos mais de 20 imunizantes que o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece nas unidades básicas de todo o Brasil, algumas pessoas mais vulneráveis a infecções têm direito a receber outras vacinas ou versões diferenciadas, oferecidas nos centros de Referência de Imunobiológicos Especiais (Crie).

Nem todo mundo, no entanto, conhece o serviço, alerta a presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim), Mônica Levi.

“Os endocrinologistas têm que saber que aquele paciente diabético tem direito a uma série de vacinas que não têm na rotina e que eles são mais vulneráveis a essas doenças. Assim como os pacientes com cardiopatias crônicas, os pneumopatas crônicos, pacientes em tratamento oncológico. Infelizmente, é um desconhecimento não só da população, como também dos profissionais de saúde.”

O jornalista Rodrigo Farhad recebeu o diagnóstico de diabetes tipo 1 há dois anos e sempre



Pessoas vulneráveis têm direito de receber as vacinas

se preocupou em manter a carteira de vacinação em dia, mas nunca foi orientado a fazer vacinação especial por causa da sua condição:

“Na época da pandemia, eu me lembro de acompanhar o meu filho, que também tinha diabetes, à vacinação e que ele foi um dos primeiros públicos a serem vacinados contra a covid-19 em razão da comorbidade. Mas não me lembro desse aconselhamento, de que ele deveria tomar outras vacinas.

E, no meu caso, ninguém nunca me aconselhou nem a procurar um posto de saúde para verificar se a minha vacinação normal está em dia”.

De acordo com as orientações do Ministério da Saúde, além de tomar as vacinas previstas no calendário básico, pessoas com diabetes devem sempre se proteger contra a influenza e receber a vacina pneumocócica 23, que oferece proteção contra 23 tipos de bactérias pneumocócicas, que causam infecções nos

pulmões, ouvidos e também sepe e meningite.

Essa vacina só está disponível nos Cries e também é recomendada para pessoas com doenças como asma grave, cardiopatias crônicas, doença neurológica crônica incapacitante ou fibrose cística, que vivem com HIV ou em tratamento de câncer, entre outras situações. Já o público em geral têm à sua disposição a vacina pneumo-10, que protege contra os dez tipos mais prevalentes.

“Qualquer infecção pode causar uma descompensação da doença de base, levando ao descontrolado da diabetes, da asma grave. Além disso, alguém com a imunidade muito baixa, seja por um transplante, seja por uma quimioterapia, ou uma doença autoimune, muitas vezes essas pessoas não morrem da doença em si, mas de uma infecção secundária. Então, é muito importante levar em consideração o risco de as infecções serem mais graves e a taxa de óbito mais elevada”, afirma Monica Levi.

STF

Presidente do STF fala em escola pública em BH

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso, falou na segunda para cerca de 400 alunos do Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte (MG). Barroso tratou de ética e democracia na palestra “Como fazer a diferença para si próprio, para o Brasil e para o mundo”.

O colégio é um dos mais tradicionais e diversas personalidades estudaram no local.

O ministro falou sobre sua trajetória até chegar ao STF e defendeu que os jovens tenham valores, busquem conhecimento e demonstrem vontade de progresso.

STJ

Desafios e impacto social do juízo das garantias

Nos dias 16 e 17 de junho, na próxima semana, representantes das instituições do Sistema de Justiça e especialistas no tema se reunirão em Porto Alegre para o I Congresso Juízo das Garantias e a Justiça Federal.

O evento, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), em parceria com a Escola de Magistrados e Servidores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Emagis) e com apoio da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), será um passo significativo na consolidação do debate sobre a adoção do modelo no âmbito da Justiça Federal.

TSE

Justiça Eleitoral divulga resultado

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), banca responsável pelo Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, publicou na segunda o edital nº 34, com o resultado final da avaliação de títulos e a convocação para o envio da documentação para o desempate de notas somente para os cargos de analista judiciário.

As candidatas e candidatos convocados para o envio da documentação referente ao desempate de notas deverão fazê-lo por meio da página individual do Cebraspe entre as 10h de terça-feira (10) e as 18h de quinta-feira (12).

TCU

MPTCU e Tribunal trocam experiências

Representantes do Ministério Público junto ao TCU e da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos reuniram-se, no final de maio, na sede do Tribunal de Contas da União, em Brasília (DF), para compartilhar conhecimentos sobre o consensualismo.

Na ocasião, os procuradores do Ministério Público de Contas e a equipe da Secex-Consenso debateram fluxo dos processos de solução consensual realizados no âmbito da Secex-Consenso. A Secretaria foi criada no final de 2022 com o objetivo de contribuir com a criação de soluções para problemas complexos.